



O Espelho

Jornal dos Funcionários do Banco do Brasil | Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro | Outubro de 2018

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DE CASSI

A mesa de negociação precisa ser retomada. As entidades já apresentaram propostas que precisam ser debatidas

Com a suspensão da aplicação da Resolução CGPAR 23 no Banco do Brasil, mais uma vez foi acertada a decisão dos associados em rejeitar a proposta do BB para a Caixa de Assistência (Cassi) dos funcionários.

Veja abaixo os principais pontos da proposta apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) entregue ao BB:



REGULARIZAÇÃO DOS VALORES APONTADOS NO GDI (GRUPO DE DEPENDENTES INDIRETOS)

Como apontado pela consultoria Sallutis no valor de R\$ 450 milhões antecipando seu pagamento para caixa da Cassi de forma a resolver neste ano os problemas apontados com déficit atual. Esse retorno de valores é apontado, inclusive, pela proposta de parte da governança da Cassi como forma de solucionar temporariamente a solvência atual do plano.



NOVAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS E TEMPORÁRIAS

Recompor as receitas operacionais com um aditivo ao Memorando de Entendimentos (receitas extraordinárias e temporárias), prorrogando seu prazo para dezembro de 2023, com uma adequação dos valores à realidade econômico-financeira apurada atuarialmente, de forma a equilibrar as reservas do Plano e atender à legislação em relação à margem de solvência (ANS).



VANTAGENS DA PROPOSTA:

Essa proposta tem a vantagem de não desrespeitar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não alterar a essência do Estatuto Social, como ocorreu com a inclusão do Memorando (nov/2016), não alterar direitos sociais e de governança da Cassi e não definir novos índices de custeio antes da Estratégia Saúde da Família (ESF) estar à disposição da ampla maioria de seu público assistencial definido desde 2004: o conjunto de participantes do Plano de Associados e crônicos do Cassi Família.



DEFINIÇÃO DE METAS DE AMPLIAÇÃO DO MODELO ASSISTENCIAL

Estabelecer metas de ampliação da cobertura do modelo assistencial ESF entre os anos de 2019-2023 (5 anos), com mais equipes de família, ampliação das estruturas e procedimentos das CliniCassi, bem como Polos Regionais de Atenção à Saúde, Núcleos de Atendimento Especializados (NAE) e redes referenciadas nas capitais e interior, pois quanto maior a população vinculada à ESF, menor a tendência de crescimento da curva das despesas assistenciais no tempo. O número de vinculados à ESF até 2017 estava próximo a 57 mil cadastrados.

SUGESTÃO DE META DE CRESCIMENTO DA COBERTURA DA ESF: 10% AO ANO

2018 – de 182 mil para 185 mil (exceção, viável pela inauguração da CliniCassi Ed. BB)

2019 – de 185 mil para 203,5 mil

2020 – de 203,5 mil para 223,8 mil

2021 – de 223,8 mil para 246,2 mil

2022 – de 246,2 mil para 270,8 mil

2023 – de 270,8 mil para 300 mil

VALORES DO NOVO MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS (2019-2023) – No Aditivo ao Memorando de Entendimentos, no que diz respeito às receitas e ressarcimentos extraordinários e temporários, definir 1,5% para o corpo social, totalizando uma receita entre os anos de 2019 (inclusive) a 2023 de 345 milhões/ano x 5 anos = 1,725 bilhão da parte dos associados e o ressarcimento por parte do patrocinador sendo 1,5 vez este montante extraordinário e temporário, ou seja, 517,5 milhões/ano e 2,587 bilhões em cinco anos, tendo a mesma metodologia contábil e legal que o banco construiu em 2016, ao fazer a proposta.

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e outras entidades também apresentaram proposta ao banco, além da Diretoria de Planos de Saúde e Relacionamento com prestadores, através do diretor Humberto Almeida, que apresentou proposta na governança da Cassi. Precisamos discutir a sustentabilidade da Cassi e manutenção dos direitos dos associados com base nessas propostas e as premissas em comum em cada uma delas.

QUEREMOS NEGOCIAÇÃO JÁ



DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA DESCOMISSIONAMENTOS

Descomissionamentos no BB causam apreensão nos funcionários e colocam em cheque modelo de avaliação da GDP

Os funcionários do Banco do Brasil estão apreensivos com a nova onda de descomissionamentos, principalmente na área negocial. Nos últimos dias, em todo o país houve relatos de perda de função utilizando apenas a avaliação do superior e sem critério definido.

Esse modelo de descomissionamento por ato de gestão aponta para o fim da Gestão de Desempenho Profissional por Competência e Resultados (GDP), modelo construído em 360°, em que o banco gastou milhões de reais para desenvolver. A Contraf-CUT já havia alertado que o fim da GDP deixa os funcionários expostos à vontade do gestor e não considera a avaliação de pares nem de subordinados. É o chamado acerto de contas, já que em alguns casos não foi considerado histórico recente de agências explodidas nem mudança de carteira.

Funcionários que estavam recentemente na área de Pessoa Jurídica foram descomissionados com apenas seis meses na área de Pessoas Físicas, sem nem ser dada oportunidade de adaptação.

CRITÉRIOS PRECISAM SER CLAROS

Cada vez que o banco faz descomissionamento sem critérios claros, lança dúvida sobre a eficiência do modelo de GDP e volta a incentivar funcionários a fazer vendas casadas e irresponsáveis, apenas para ganhar boa avaliação e tornando os negócios insustentáveis.

DENUNCIE

Todo funcionário que presenciar ameaça de descomissionamento deve denunciar aos sindicatos para que seja verificada a condição de trabalho na unidade.

NENHUM SERVIÇO DA CASSI FOI SUSPENSO

Diretoria da Cassi faz terrorismo sobre atendimento e é obrigada a tirar matéria irresponsável do ar

A Diretoria da Cassi publicou matéria em seu site informando que faltaria dinheiro aos prestadores e chamando atenção da ANS para uma possível intervenção. A matéria foi tão irresponsável que provocou

a busca por serviços não agendados e trouxe a desconfiança dos prestadores.

A matéria, que direcionava para área restrita aos associados, foi retirada do ar pela Cassi. Mesmo nessa área, a matéria não está mais disponível, o que mostra que foi produzida de forma irresponsável com o intuito de criar terrorismo no corpo funcional, sem zelar pelo nome da Cassi e do Banco do Brasil.

Nenhum serviço da Cassi foi suspenso por falta de pagamento, mesmo nos dois anos em que o orçamento ficou contingenciado recentemente.

